



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011069-71.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**  
 Requerente: **Paulo Henrique dos Santos**  
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS** move a presente ação de restituição de valor c.c. indenização por dano moral contra **BANCO ITAÚ S.A.**

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.

**Fundamento e Decido.**

O feito comporta julgamento antecipado do pedido nos termos do art. 355, I, do CPC.

Primeiramente, rejeito a preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir da parte autora, porquanto a alegada restituição de valores já realizada pelo réu não obsta o ajuizamento da ação, que inclusive contém pedido de indenização por dano moral. Entendimento diverso implicaria afronta ao princípio do livre acesso à justiça, estampado no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, o que não se admite.

No mérito, a ação não comporta procedência.

Com efeito, o autor pretende a restituição do valor de R\$ 600,00, acrescido de outros encargos, taxa e multa de si cobrados, argumentando que a referida quantia foi depositada em dinheiro no caixa eletrônico do réu no dia 10.09.2018, sem que o crédito disso decorrente aparecesse em sua conta bancária.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min**

O requerido ao contestar esta demanda reconhece que, por uma inconsistência sistêmica, o depósito supramencionado não foi contabilizado de plano, porém providenciou o crédito devido no dia 12.09.2018, ocorrendo o acerto definitivo dois dias depois. Sustenta, também, que a cobrança da multa e encargos é legítima, pois atrelada à parcela de um contrato celebrado entre as partes, a qual não foi quitada na data de vencimento prevista.

É certo que, em sua réplica, o autor confirmou que a instituição bancária realmente regularizou o depósito, o que ocorreu no dia do ajuizamento desta ação, assinalando, ademais, que não foi inscrito nos cadastros de restrição ao crédito. Quanto à alegação de legalidade dos encargos e da multa manteve-se silente, presumindo-se, assim, verdadeira a versão apresentada pelo banco, que agiu respaldado pelo exercício regular de um direito.

O pedido de danos morais também não comporta acolhimento. Cumpre asseverar que o estabelecimento bancário corrigiu o erro operacional dois dias após o evento que deu ensejo ao presente processo, observando-se que o crédito devido ao autor foi providenciado com rapidez e eficiência. Nota-se, aliás, que o requerente não deu sequer tempo para que o banco regularizasse o incidente, pois tratou de constituir um advogado, que imediatamente providenciou o ajuizamento desta ação, ocasião em que a pretensão vindicada já havia sido atendida, o que aconteceu antes até da citação do réu para integrar a lide.

O que se vê, na realidade, é o ingresso prematuro da ação judicial, ressaltando-se não haver prova de qualquer prejuízo concreto experimentado pelo autor pela falta de contabilização imediata do depósito. Diversamente do narrado na petição inicial, os documentos com ela anexados comprovam que o autor possuía certo saldo bancário à época do fato (fls. 18 e 20), não se observando que, em virtude do breve lapso temporal para o cômputo do depósito em sua conta, tenha passado por necessidade ou sofrimento. Nem mesmo os números de protocolos de atendimento foram informados nos autos, verificando-se que o episódio não foi suficiente para aviltar os direitos da personalidade do requerente, constituindo apenas o chamado mero aborrecimento, prontamente solucionado.

A reparação do dano moral deve ser reservada apenas às hipóteses de efetiva violação aos direitos de outrem, aos justos melindres do brio, da dignidade ou decoro pessoal, desde que caracterizado o dano concreto, aferível por critério de razoabilidade objetiva avaliada



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min**

pela lógica ordinária das coisas, e não às hipóteses de cunho subjetivista, como a aqui discutida. Não é qualquer suscetibilidade ou melindre que pode ensejar indenização por dano moral, sob pena de desvirtuar o instituto, criando fonte de enriquecimento injusto. Nesse sentido o julgado:

*“Só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem estar, não bastando mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada”* (TJRJ 2.ª Câm. Civil – Apel. Cível n.º 8.218 – J. 13/02/96, rel. Dês. Sérgio Cavallieri Filho).

É o bastante à rejeição do pedido igualmente com relação aos danos morais, especialmente considerando que, além de não constar dos autos que tenha o autor experimentado lesão a qualquer atributo de sua personalidade, afora a dimensão meramente econômica momentânea, não há qualquer comprovação documental nos autos do alegado transtorno moral supostamente sofrido, conforme já ponderado.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação.

Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da lei 9.099/95). O recurso cabível é o inominado (art. 41 da lei n. 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da lei 9.099/95 e art. 4.º, I e II da lei estadual n. 11.608/03, conforme a lei n. 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

**P.I.**

Araraquara, 18 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**